

Ano real e os preços agrícolas

Vivian Fürstenaur*

Atualmente, parece consenso, inclusive na esfera governamental, que o setor agrícola foi bastante penalizado após a implantação do Plano Real, especialmente no início do período de estabilização. Através do que foi chamado de “âncora verde”, a agricultura exerceu um papel fundamental na fase inicial do processo de contenção dos preços. Apesar de, no início do Plano, a vedete ter sido o frango (o que penalizou sobremaneira essa produção), a verdade é que a agricultura como um todo teve seu preços rebaixados, o que acabou por assumir uma importância considerável na estabilização dos preços. No entanto as perdas do setor não se restringem ao período inicial de implantação do Plano, já que a dimensão dessas perdas assumiu tais proporções que acabou comprometendo e/ou dificultando a evolução da agricultura nos anos seguintes aos da implementação do Plano Real.

O que se pretende, neste texto, é tentar dimensionar, através de relações de preços entre os setores, as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola em decorrência da estabilização econômica. Isso seria feito de duas formas. A primeira, através da evolução do índice de preços recebidos (IPR) e do índice de preços pagos (IPP) pelos agricultores gaúchos, visando estabelecer a amplitude das perdas do conjunto do setor no Rio Grande do Sul. Para tal, será utilizada uma relação entre esses dois índices, que refletiria de forma direta as vantagens ou as desvantagens da agricultura em relação aos setores dos quais ela adquire os produtos ou serviços necessários à sua produção.¹

* Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece a Marinês Z. Grando e a Maria Helena Sampaio a leitura e as sugestões. Agradece, também, a colaboração da bolsista da FAPERGS Maria Antonieta Monteiro S. Sá.

¹ Os índices utilizados são os calculados pela FGV, com base em ago./94. Como o texto trata da evolução dos preços pós-Real, a base em ago./94 é bastante conveniente: o fato de a base ter sido estabelecida pela FGV no segundo mês após a implantação do Plano possibilita que a análise da evolução dos preços recebidos como dos preços pagos pelos agricultores esteja referenciada exatamente ao início do Plano e que o comportamento dos índices, a partir daí, mostre com clareza o maior ou menor crescimento dos preços agrícolas em relação aos preços dos produtos adquiridos pelo setor.

Além desse movimento do conjunto da agricultura gaúcha captado pelos índices referidos acima, será feita, também, uma comparação da evolução dos preços nominais dos produtos mais significativos, em termos de volume de produção, da lavoura gaúcha, frente aos preços de alguns dos insumos fornecidos pelo setor industrial e considerados fundamentais para viabilizar as diferentes linhas de produção. Dessa forma, poderá ser estabelecida, por produto, a amplitude das perdas ocorridas em cada fase do Plano. Pelo lado da agricultura, será analisada a evolução dos preços dos principais grãos da lavoura gaúcha, a saber: arroz, soja, milho e trigo. As relações desses produtos selecionados são estabelecidas relativamente aos fertilizantes recomendados para cada cultura e aos outros insumos indispensáveis para as suas produções.²

As perdas da agricultura gaúcha

A observação da razão entre o IPR e o IPP mostra no início do Plano — segundo semestre de 1994 — uma relação vantajosa para a agricultura, já que o fato de essa razão ser maior que um significa que o preço recebido pelos agricultores com a venda dos seus produtos evoluiu acima dos preços pagos pelos mesmos produtores na aquisição de mercadorias necessárias para viabilizar a sua produção. A vantagem da agricultura nessa fase pode ser explicada pelo fato de o Plano Real ter sido implantado no segundo semestre do ano, que, no caso do Rio Grande do Sul, coincide com o período de entressafra da maioria dos produtos aqui cultivados.

No entanto essa situação favorável para a agricultura não durou muito. Já no início de 1995, houve uma inversão dessa relação, e, além disso, a razão passou a ser a mais desfavorável à agricultura, se for considerado o período pós-Real.

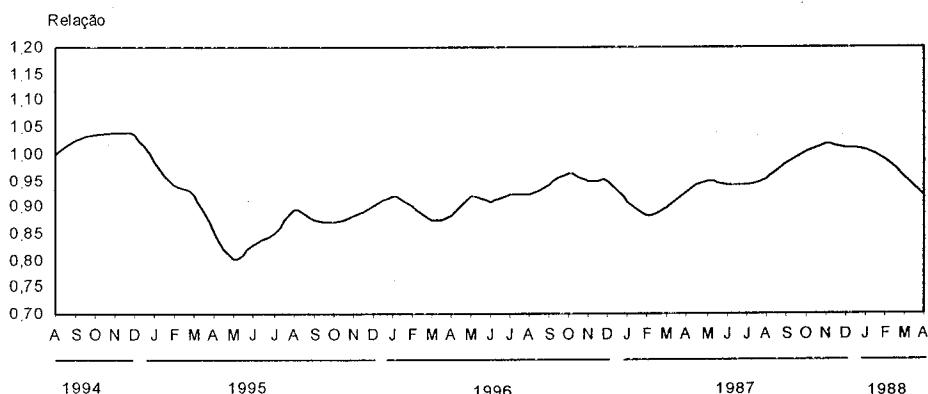
Os produtores agrícolas, que haviam plantado a safra 1994/95 num momento de euforia com a implantação do Plano Real e em função disso tinham aumentado a área plantada com os grãos da safra de verão, tiveram de amargar grandes frustrações no momento de comercializar essa produção. A ocorrência de uma safra considerada excepcional, aliada à existência de importantes estoques de grãos nas mãos do Governo, criou uma oferta bastante superior à demanda, que, por sua vez, vinha sendo refreada pelo processo de contenção da reposição

² O conjunto de relações estabelecidas entre os produtos foi limitado pela dificuldade na obtenção dos preços de alguns insumos. Em face dessas limitações, foram aproveitadas ao máximo as informações disponíveis sobre preços, mesmo isso significando lacunas na série de relações, no caso de alguns produtos.

salarial. Para a produção voltada para o mercado externo — no caso do Rio Grande do Sul, a soja —, o principal fator negativo foi a sobrevalorização cambial, que ocasionou perdas consideráveis para os exportadores, obviamente refletindo-se nos preços a serem pagos aos produtores. Num contexto mais amplo, tinha-se, ainda, a implementação de uma política monetária restritiva, que inviabilizava o “carregamento” de estoques, o que tornava ainda mais lenta a comercialização da produção. Esse quadro fez com que o movimento de queda dos preços durante 1995 atingisse patamares extremamente reduzidos, se comparados aos vigentes até então, bem como aos praticados daí em diante.

Gráfico 1

Relação de troca IPR-RS e IPP-RS — 1994/98



FONTE: CONJUNTURA ECONOMICA (1994/1998). Rio de Janeiro: FGV.

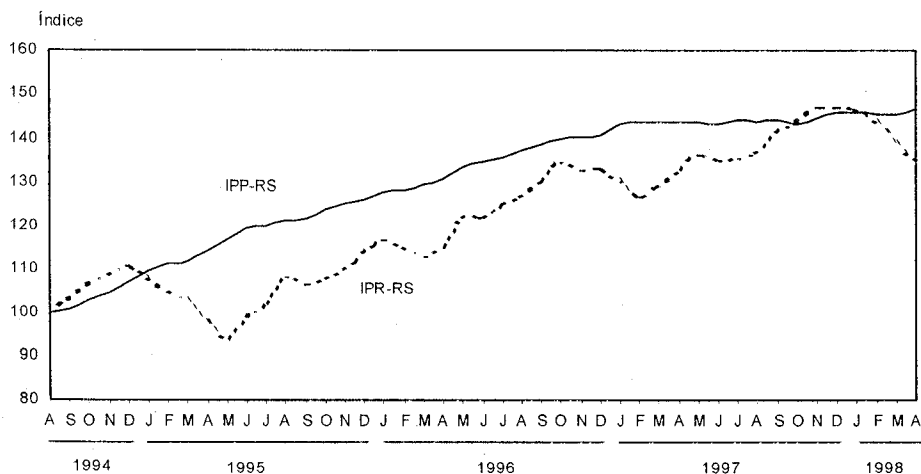
NOTA: Base ago./94 = 100.

Em 1996, uma recuperação começou a ocorrer com os índices de preços representativos do conjunto dos produtos da agricultura gaúcha, que atingiram patamares um pouco superiores aos vigentes no início de 1995. Essa recuperação se deu, basicamente, em função da queda significativa nos volumes produzidos de certos grãos em decorrência da diminuição da área cultivada, gerada pela frustração dos produtores com a safra anterior. Além disso, no caso do plantio da safra 1995/96, não foram feitas, por parte do Governo, tentativas eficientes no sentido de reverter o pessimismo que havia tomado conta do setor. Aparentemente, o Governo custou a perceber os danos causados à agricultura com o papel de “âncora verde” do Plano de Estabilização.

Um exemplo dessa dificuldade de percepção da crise do campo seria o adiamento por parte do Governo de medidas capazes de equacionar as dívidas de produtores realmente em dificuldades financeiras, agravadas com os problemas na comercialização da safra de 1995. Os mecanismos nesse sentido só foram criados mais tarde e incluíram todas as dívidas agrícolas até um certo valor. É bem verdade que, apesar de no momento do plantio não ter havido grande mobilização na esfera governamental, com o objetivo de incentivar a recuperação do setor, na fase de comercialização da produção dessa safra foram feitos esforços visando à manutenção de um determinado patamar de renda dos produtores. Assim, pode-se estabelecer esse momento como o do início da ajuda governamental objetivando à recuperação do setor. No entanto as perdas ocorridas em 1995 foram de tal dimensão que mantiveram a desvantagem da agricultura em relação à evolução de seus preços *versus* os da indústria, etc. Essa situação só foi efetivamente revertida no final de 1997, quando o crescimento dos preços agrícolas superou o dos demais setores que entram na composição do índice de preços pagos. Entretanto, com a entrada no mercado da safra de verão 1997/98, essa relação voltou a ser desfavorável à agricultura.

Gráfico 2

Índice de preços pagos e recebidos pelo agricultor na agropecuária do RS — 1994/98



FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1994/1998). Rio de Janeiro: FGV.

NOTA: Base ago./94 = 100.

Passando à análise da evolução dos preços dos produtos agropecuários frente ao crescimento dos preços dos insumos utilizados para cada produção, deve-se esclarecer que foram usados dois pontos em cada ano — maio e novembro — para estabelecer as diversas comparações.³

No caso dos grãos produzidos no Rio Grande do Sul, foram feitas relações entre o preço de cada produto e o dos principais insumos utilizados para cada uma dessas culturas, com o objetivo de estabelecer as variações do que será chamado de “poder de compra” de um produto. Nesse sentido, foi calculado, por exemplo, quantas sacas de arroz eram necessárias, em cada ponto selecionado, para adquirir uma tonelada do adubo recomendado para essa lavoura. A mesma relação foi elaborada para os demais grãos. Calculou-se, também, o “poder de compra” do valor de venda dos diferentes grãos frente à aquisição de uma tonelada de calcário, uréia, etc. Além disso, foi feito o cálculo da relação entre o preço do produto de cada uma dessas linhas de produção frente à aquisição de um trator, que é considerado um trator médio.⁴

Os resultados são os seguintes: quando da implantação do Plano Real, um produtor de arroz gastava 18 sacas de seu produto para adquirir uma tonelada do adubo recomendado pelos técnicos da área. Em 1995, esse mesmo produtor passou a despendar quase 28 sacas para obter a mesma tonelada de adubo. Essa relação se manteve, com pequenas oscilações, até o segundo semestre de 1997, quando 19 sacas passaram a ser suficientes para essa compra — número semelhante ao despendido no segundo semestre de 1994. Em 1998, poder-se-ia dizer que a situação de troca é semelhante e até um pouco melhor para o produtor do que a do início do Real, já que são necessários pouco menos de 18 sacas para essa compra. Com relação aos demais fertilizantes, a evolução é semelhante.

Se, para as compras acima, as diferenças entre os períodos não parecem tão significativas, dado que se tratam de seis a 10 sacas a mais de produto por

³ Esses dois meses foram os escolhidos, já que a maioria das lavouras selecionadas são produções de verão, ou seja, cujo mês de maior volume de comercialização, em geral, é maio. O mês de novembro seria representativo da entressafra, mantendo-se dois pontos equidistantes no ano. No caso do trigo, que é o único dos grãos considerados que não se inclui nas premissas anteriores, considerou-se o inverso: o mês de novembro como representativo da safra e o de maio como da entressafra, buscando manter a similaridade entre os pontos utilizados para os diferentes produtos, possibilitando, se necessário, comparações entre eles.

⁴ Em trabalhos semelhantes, o trator utilizado para comparação é um de 61hp, o Massey Ferguson modelo 265.

tonelada adquirida, quando se observam as variações na quantidade de produto necessária para aquisição de um trator as discrepâncias entre as relações dos preços dos produtos agrícolas e os da indústria fornecedora para o setor nos diferentes períodos ficam bem mais claras. Em novembro de 1994, um produtor de arroz gastava o equivalente à venda de 1.724 sacas do seu produto para adquirir um trator Massey Ferguson 265. Já em maio de 1995, eram necessários 3.049 sacas, ou seja, 77% a mais do seu produto era gasto na compra do mesmo trator. Essa discrepância brutal entre o “poder de compra” em dois períodos tão próximos deveu-se, de um lado, ao aumento do preço de venda do referido trator em 20% entre os dois pontos considerados e, de outro, à redução de 33% no preço do arroz nesse período.⁵

A partir daí, observa-se uma melhora nessa relação do ponto de vista dos produtores. No entanto ela só vai ser semelhante à do início do Plano Real no segundo semestre de 1997. Inclusive, daí em diante, ela se mostra mais favorável ao agricultor do que no início do Plano. O preço do trator, que vinha se elevando lentamente desde 1995, sofreu uma redução em 1997, enquanto o preço do arroz manteve o seu crescimento, que foi permanente desde a queda em 1995. Assim, o “poder de compra” dos agricultores foi se recompondo e acabou se tornando mais favorável do que o do início do Plano Real — em novembro de 1997, 1.553 sacas já bastavam para adquirir o trator, e, em maio de 1998, a relação se reduziu para 1.460 sacas. Essa melhora ocorreu em decorrência do fato de que, em 1998, os preços desse grão se mantiveram em patamares altos para a época de safra, como consequência da diminuição da oferta devido à quebra de safra gerada pelo El Niño.

A evolução da relação entre o preço da saca de soja e dos preços pagos pelos adubos, corretivos e máquinas é semelhante à encontrada para o arroz. A diferença é que o “poder de compra” dos produtores de soja foi recomposto já no primeiro semestre de 1997, quando o aumento do preço desse grão, cujo valor de comercialização já se encontrava em ascensão desde 1996, superou o aumento dos preços tanto dos insumos como das máquinas, aqui representadas pelo trator de 61hp.

⁵ Deve-se considerar que, por ser o mês de maio um dos meses de maior oferta de arroz, é, também, um dos meses de menor preço na comercialização. Assim, seria de se esperar uma diminuição do “poder de compra” dos produtores desse grão frente aos demais setores, mas não na magnitude ocorrida.

Tabela 1

"Poder de compra" dos produtores de arroz, soja, milho e trigo — 1994-98

DISCRIMINAÇÃO	NOV/94	1995		1996		1997		MAIO/98
		Mai	Nov	Mai	Nov	Mai	Nov	
Arroz								
Número sacas/t de adubo 52020	18,00	27,78	24,40	27,50	25,37	26,02	19,00	17,51
Número sacas/trator 265	1 724,14	3 048,62	2 290,85			2 203,42	1 553,33	1 460,82
Número sacas/t de calcário	2,37	3,37	2,40	2,33	2,13	2,46	1,80	1,50
Número sacas/t de uréia	21,51	38,60	33,32	36,86	31,79	30,98	20,12	15,81
Número sacas/t de cloreto de potássio	17,53	26,89	22,24	25,92	24,55	24,37	18,28	17,08
Número sacas/t de superfosfato sim	12,38	19,71	16,95	20,61	18,40	18,75	14,98	13,86
Soja								
Número sacas/t de adubo 02020	18,62	25,02	20,72	18,24	17,62	16,89	15,07	18,78
Número sacas/trator 265	1 938,37	2 993,55	2 126,21			1 566,22	1 299,50	1 722,10
Número sacas/t de calcário	2,67	3,31	2,23	1,73	1,62	1,75	1,50	1,77
Número sacas/t de uréia	24,18	37,90	30,93	27,30	24,16	22,02	16,83	18,64
Número sacas/t de cloreto de potássio	19,71	26,41	20,64	19,20	18,66	17,32	15,29	20,13
Número sacas/t de superfosfato sim	13,92	19,35	15,73	15,27	13,99	13,33	12,53	16,34
Milho								
Número sacas/t de adubo 53015						46,00	41,45	37,54
Número sacas/trator 265	2 932,33	4 120,78	3 332,42			3 570,64	3 073,88	2 817,41
Número sacas/t de calcário	4,03	4,55	3,49	2,85	3,12	3,98	3,56	2,90
Número sacas/t de uréia	36,59	52,17	48,47	45,09	46,48	50,20	39,81	30,50
Número sacas/t de cloreto de potássio	29,82	36,35	32,34	31,71	35,90	39,49	36,18	32,93
Número sacas/t de superfosfato sim	21,05	26,64	24,66	25,22	26,91	30,38	29,64	26,73
Trigo								
Número sacas/t de adubo 52525						34,12	36,34	34,50
Número sacas/trator 265	2 360,77	3 060,69	2 915,87			2 654,99	2 744,41	2 721,96
Número sacas/t de calcário	3,25	3,38	3,06	2,08	3,03	2,96	3,18	2,80
Número sacas/t de uréia	29,46	38,75	42,41	32,92	45,06	37,33	35,54	29,46
Número sacas/t de cloreto de potássio	24,00	27,00	28,30	23,15	34,80	29,37	32,30	31,82
Número sacas/t de superfosfato sim	16,95	19,79	21,58	18,41	26,09	22,59	26,46	25,83

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES NO RS (1994/1998). Porto Alegre : EMATER

PREÇOS AGRÍCOLAS (1994/1998) São Paulo : ESALQ

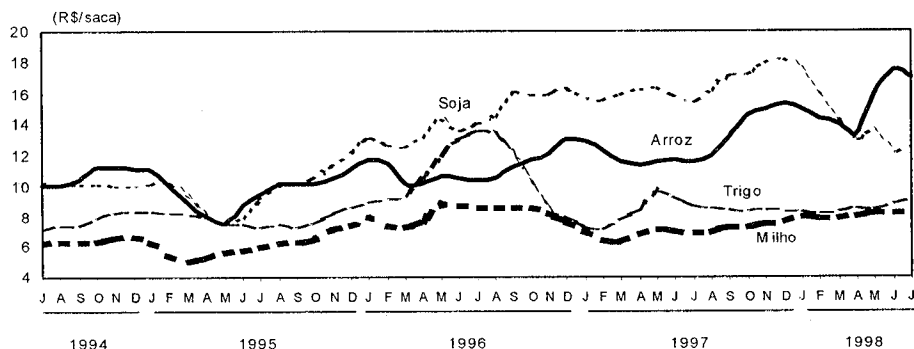
NOTA: Quantas sacas de arroz, soja, milho ou trigo são necessárias para adquirir uma tonelada de adubo, um trator, etc

Se em novembro de 1994 eram necessárias 18,62 sacas de soja para adquirir uma tonelada do adubo recomendado, em maio de 1995 já eram necessárias 25,02 sacas para a mesma compra. Entretanto, com a recuperação do preço da soja já em 1996, essa relação é semelhante à do início do Plano Real. A partir daí, a tendência é positiva para o produtor, que, em novembro de 1997, necessitava despendar 15 sacas do seu produtor para adquirir uma tonelada de adubo. Em 1998, há mais uma reversão dessa tendência, e já são necessárias 18,78 sacas para a compra da mesma tonelada de adubo. Deve-se esclarecer que, no caso da soja, a reversão da tendência positiva para o produtor se deu ocasionada pela queda do preço da soja em relação ao praticado em 1996 e 1997.

O arroz e a soja apresentaram um movimento de crescimento de seus preços a partir de maio de 1995, que foi o patamar mais baixo de preços para esses dois produtos, no período do Plano Real. Apesar do movimento no sentido ascendente apresentado pelos dois produtos, as variações apresentadas pelos preços da soja foram mais fortes do que as do arroz. Esse crescimento significativo do preço de comercialização da soja em 1996 e 1997 foi gerado pela redução dos estoques mundiais desse grão, situação esta já revertida atualmente — os estoques foram recompostos em função de excelentes colheitas nos Estados Unidos, em 1997, na Argentina e, inclusive, no Brasil, em 1998. Isso se manifesta através da menor pressão sobre os preços de comercialização da soja na safra atual.

Gráfico 3

Preços do arroz, da soja, do milho e do trigo no RS — 1994/98



FONTE: EMATER-RS.

No período considerado, os preços do milho e do trigo não se comportaram da mesma maneira que os do arroz e os da soja. No início do Plano Real, o milho apresentou a mesma redução de preços que os demais produtos da lavoura. No entanto, diferentemente do comportamento dos dois grãos descrito acima, o milho, em plena safra de 1995, apresentou uma recuperação extraordinária do seu preço, que se manteve crescendo em bons patamares até o final de 1996, quando sofreu uma queda significativa. Entretanto a recuperação veio logo a seguir, pois, a partir de março de 1997, iniciou novo ciclo de crescimento de seus preços. Mesmo assim, os movimentos, na sua maioria ascendentes, do preço desse grão não se refletiram em uma melhora do poder de compra do produtor frente ao setor industrial até o primeiro semestre de 1997, já que o aumento dos preços dos fertilizantes e corretivos se apresentou superior aos incrementos no preço do milho. É somente a partir da segunda metade de 1997, ou seja, a partir do segundo movimento ascendente dos preços do milho, que o poder de compra dos agricultores passou a melhorar.

O trigo seria o grão que apresenta menor variação de preços, se forem considerados os anos das extremidades da série — era de R\$ 7,23 a saca de 60kg em julho de 1994 e passou a R\$ 8,89 em junho de 1998. No entanto, no decorrer do período, apresentou movimentos ascendentes/descendentes de grande amplitude, que são reflexo da grande queda de produção causada pela redução da área plantada com trigo no Rio Grande do Sul. O forte movimento ascendente dos preços da saca de trigo entre março e julho de 1996 foi resultado da redução significativa da área plantada em 1995, o que ocasionou uma diminuição importante do volume de produção desse grão. Entretanto a falta de oferta interna foi rapidamente coberta com importações, o que fez com que o preço iniciasse uma trajetória de queda já em julho de 1996 e que se manteve até fevereiro/março de 1997 — os preços, que eram de R\$ 9,41 por saca de 60kg em março de 1996, subiram para R\$ 13,68 em julho, caindo rapidamente a partir daí e chegando a pouco mais de R\$ 7,00 no início de 1997.

Conclusões

A queda significativa dos preços agrícolas em 1995, aliada ao aumento persistente dos preços dos produtos industriais consumidos pelo setor, resultou em uma relação de troca desfavorável para a agricultura no período pós-Real. Essa situação somente começou a ser revertida no final de 1997, quando o crescimento dos preços dos produtos agrícolas superou o dos industriais. Se esse é o quadro para o conjunto das lavouras de grãos, ele não é muito diferente,

obviamente, do ponto de vista do "poder de compra" de cada linha de produção isoladamente. Da mesma forma que para o conjunto do setor, verifica-se que a situação desfavorável é geral para todas as culturas e que não há exceção no que se refere à redução dos preços no início do Plano. A seguir, apesar da recuperação desses preços a patamares semelhantes aos do início do Plano Real, a relação manteve-se desfavorável, como resultado do aumento relativamente maior dos preços dos produtos industriais. O que há aqui são melhoras no "poder de compra" de alguns produtos, que tiveram uma maior recuperação dos seus preços, como foi o caso da soja. Isso, no entanto, não significa dizer que a situação tenha chegado a ser tão favorável como na fase de implantação do Plano. O quadro negativo para a agricultura só foi revertido em 1997, quando os preços industriais parecem finalmente ter se estabilizado, e os preços agrícolas, mantendo sua trajetória de crescimento, por fim, superam o aumento dos industriais. A diferença com relação às observações para o conjunto do setor agropecuário aparece em 1998. Se, para o setor, a entrada da safra de verão 1997/98 no mercado significou a reversão da relação de troca a favor da indústria, do ponto de vista dos grãos aqui considerados, a inversão da tendência positiva não ocorreu para os produtores de arroz e de milho. Ou seja, mesmo na época de safra, há um aumento do "poder de compra" desses produtores.